



SOBRE O POSICIONAMENTO DO LEGISLATIVO URUGUAIO A RESPEITO DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA E DA APROXIMAÇÃO URUGUAIA COM A ALIANÇA DO PACÍFICO

SOBRE LA POSICIÓN DEL LEGISLATIVO URUGUAYO RESPECTO DEL ACUERDO MERCOSUR-UNIÓN EUROPEA Y EL ENFOQUE URUGUAYO CON LA ALIANZA DEL PACÍFICO

Samuel Decresci¹

Resumo:

O objeto de estudo deste artigo é a participação do Legislativo Uruguaio nas negociações entorno do Acordo Mercosul-União Europeia e sobre a aproximação uruguaia com os países da Aliança do Pacífico. Assim, os objetivos deste trabalho são: apresentar, no recorte de 2000-2016, uma contextualização do cenário da integração regional sul-americana, mormente com enfoque para a controversa situação uruguaia no Mercosul. Ademais, apresentar o posicionamento dos representantes uruguaiois, com destaque para a atuação dos senadores e chanceleres, no seio da Comissão de Assuntos Internacionais do Senado, a respeito das negociações entorno do Acordo Mercosul-União Europeia e da aproximação uruguaia da Aliança do Pacífico. Para tal, vale-se aqui, como fonte primária e fundamental, do uso das versões taquigráficas da referida instituição. Enquanto que, como fonte secundária, de uma bibliografia de apoio e de artigos e notícias de jornais. Logo, importante atentar, como forma de anúncio prévio dos resultados e conclusão, que o posicionamento dos políticos e representantes refletiu, dentro do recorte temporal e espacial, certo consenso quanto à necessidade de abertura econômica uruguaia (face às limitações do seu mercado interno e a inoperância do Mercosul) e inserção internacional do país, a partir de acordos bilaterais (países e blocos), de cooperação e de integração regional.

Palavras-chave: Uruguai; Integração regional; Legislativo; Política externa; Mercosul.

Resumen:

El objeto de estudio de este artículo es la participación de la Legislatura Uruguaya en las negociaciones sobre el Acuerdo Mercosur-Unión Europea y sobre la aproximación uruguaya de los países de la Alianza del Pacífico. De este modo, los objetivos de este documento son: presentar, en el informe 2000-2016, una contextualización del escenario de integración regional de América del Sur, centrándose especialmente en la posición uruguaya en el Mercosur. Asimismo, presentar la posición de los representantes uruguayos, destacando las acciones de los senadores y cancilleres, dentro de la Comisión de Asuntos Internacionales del Senado, con respecto a las negociaciones en torno al Acuerdo Mercosur-Unión Europea y la aproximación uruguaya de la Alianza del Pacífico. Con este fin, se utiliza aquí como la fuente primaria y fundamental del uso de las versiones taquigráficas de esa institución. Mientras, como fuente secundaria, una bibliografía de apoyo y artículos periodísticos y noticias. Por lo tanto, es importante señalar, como una forma de anuncio previo de los resultados y la conclusión, que la posición de los políticos y representantes reflejó, dentro del marco temporal y espacial, un cierto consenso con respecto a la necesidad de apertura económica uruguaya (dadas las limitaciones de su mercado interno y el Mercosur) e inserción internacional del país a través de acuerdos bilaterales (países y bloques), cooperación e integración regional.

Palabras clave: Uruguay; Integración regional; Legislativo; Política externa; Mercosur.

¹ Doutorando, Mestre e Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP). E-mail: samdecresci@gmail.com .





Introdução

O presente artigo parte de um item específico do texto final de Dissertação de Mestrado do autor, que analisou a participação do Legislativo Uruguaio na elaboração da política externa do país, sobretudo relacionada com integração regional (Mercosul e Unasul). Isto posto, o artigo apresenta uma intenção -revelada nos discursos dos atores políticos uruguaiois -representantes do povo e dos setores econômicos do país- de aproximação em forma de acordo entre blocos (Mercosul e União Europeia - que remonta aos anos 90). E também da necessidade de inserção internacional do Uruguai (por conta das limitações de seu mercado nacional e dos problemas internos do Mercosul, bloco que envolve os parceiros e sócios do Uruguai). Por último, por conta dos insucessos de tratativas ao longo dos últimos vinte anos, o texto revela que uma alternativa/solução mais próxima e viável, para o Uruguai, se materializa atualmente na aproximação com os países da Aliança do Pacífico, bloco econômico de perfil mais neoliberal.

Sobre o posicionamento do Legislativo Uruguaio a respeito do Acordo Mercosul-União Europeia e da aproximação uruguaia com a Aliança do Pacífico

Em meio ao cenário de globalização -e interdependência das economias dos países- um dos mais importantes desafios dos Estados nacionais (e o Uruguai não foge à regra nisso), em matéria de política externa, é a inserção internacional em posições que favoreçam a competitividade econômica dos países e lhes abram mercados. Logo, a estratégia que mais teve relevância desde o advento deste fenômeno supracitado é a do Regionalismo Aberto, entendida pela CEPAL como:

(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente (CEPAL apud CORAZZA; HERRERA, 2005, P. 145).

E é dentro dessa ideia/estratégia que o Mercosul foi fundado no início dos anos 90. O marco inaugural ocorreu em 26 de março de 1991, quando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o “Tratado de Assunção”. Tratava-se de uma integração com perfil diferente das outras experiências passadas. A marca era a abertura econômica tendo como filosofia econômica que orientava o Neoliberalismo. Como pano de fundo, a Nova Ordem Mundial marcada pela hegemonia do capital, globalização, as revoluções científica, comunicativa, de transportes e a multipolarização econômica. Logo, tem-se na integração um





mecanismo útil frente aos novos desafios e condições de competitividade internacional, e que visam atração de investimentos para a modernização tecnológica e infraestrutural. Sendo assim, a integração daquele momento foi vista como um mecanismo para integrar-se e ou inserir-se mais efetivamente no comércio mundial global (BRICEÑO RUIZ, 2011).

Logo, outro ponto importante (ou algo de extrema necessidade) dentro dessa perspectiva de inserção internacional diz respeito a firmar acordos bilaterais com países ou blocos. E desde o fim dos mesmos anos 1990 existe uma intenção recíproca do Mercosul e União Europeia firmarem um acordo, que representaria o maior acordo² e área de livre comércio do mundo. Entretanto, desde o princípio, entraves de lado a lado têm impedido que tal compromisso venha a ser selado.

Por esse fato, e também pela diminuição (atual) do Mercosul na pauta de destino de exportações do país, o Uruguai vem buscando aproximação com outros parceiros e atua como negociador do Mercosul para a obtenção de acordos com outros blocos. Ou, como aponta Godoy (2017), é legítimo ao país buscar novos parceiros e assinar acordos com terceiros se o bloco não funciona (apesar das amarras que o próprio bloco lança ao país, como a “Decisión N°32/00³”, que trata sobre o relacionamento externo do bloco).

Assim, dentro da pesquisa de Decresci (2018), que tratou de lançar uma análise das versões taquigráficas das comissões de Assuntos Internacionais da Câmara e Senado uruguaios (e averiguar o papel do Legislativo na política externa do país), o tema Acordo Mercosul/UE foi recorrente e apareceu em todas legislaturas; logo foi preocupação de todos os governos estudados no recorte temporal desta análise (2000-2016). A despeito disso, tal acordo – como já mencionado anteriormente – não foi sacramentado devido a muitos entraves. Do lado “Mercosulino”, segundo Caetano e Vaillant (2004) pesa o fato do Mercosul representar uma união aduaneira com restrições comerciais dentro do próprio bloco. Ademais, a lógica intergovernamentalista que fundamenta a institucionalidade do Mercosul dificulta a resolução de controvérsias e a construção de consensos, uma vez que importantes grupos econômicos nacionais vêm se mobilizando contra distintos aspectos da negociação (protecionismo aqui e acolá).

Pelo lado europeu, as dificuldades remetem a seu protecionismo (sobretudo em matéria agrícola e pecuária). Dentro dessa questão, dentro do governo do colorado Jorge Battle, em uma audiência em 1 de novembro de 2001, o então Chanceler Didier Operti veio prestar esclarecimentos a respeito de questões comerciais e também das futuras negociações com os europeus. Segundo seu depoimento, um dos entraves que dificultava a entrada e a

² Segundo o diário “El País”: Mesmo sem um marco formal, a relação comercial entre os dois blocos é muito intensa. A UE é o principal parceiro comercial do Mercosul, com cifras que representam 21% do seu intercâmbio com o exterior, segundo dados da Comissão Europeia. As exportações comunitárias a esses países latino-americanos dobraram em 10 anos, atingindo 46 bilhões de euros (cerca de 166,82 bilhões de reais) em 2015. Vide em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/18/internacional/1500397145_258352.html . Acesso em 08/11/2017.

³ Disponível em <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec3200s.asp> ;





competitividade dos produtos uruguaios (e do Mercosul) eram os subsídios pagos e a reação de agricultores europeus à entrada dos produtos agropecuários sul-americanos, mais competitivos pela quantidade e qualidade (URUGUAY, 2001).

Anos depois, já no terceiro ano do 1º governo do *Frente Amplio* (FA), muitas das críticas ainda giravam em torno dos subsídios europeus e outras formas de protecionismo. Para o Senador Couriel (FA):

Por lo tanto, quisiera referirme a dos aspectos. Por un lado, a que la Unión Europea no cumple con la rebaja de los subsidios agrícolas, y este tema no es menor, porque nos afecta como en el caso de Estados Unidos y Japón. El problema con la Unión Europea es muy importante, porque siempre ha sido más dura que todos en materia de subsidios agrícolas; y ahí surge una dificultad de negociación del MERCOSUR con ella (URUGUAY, 2007).

Importante assinalar também que, na mesma reunião, outros obstáculos foram mencionados pelo Chanceler Reinaldo Gargano. Estes, mais de caráter endógeno ao Mercosul, dizem respeito às diferenças e disparidades internas dos membros do bloco e ao seu papel dentro da divisão internacional do trabalho (atualmente os países são fornecedores de primários para o mundo). Na visão do mesmo, tal situação dificultaria o estabelecimento de uma agenda de negociação convergente entre os membros do Mercosul, pois há concorrência e não há consenso em relação aos seus interesses (URUGUAY, 2001).

Ainda dentro da temática relativa aos obstáculos endógenos, em audiência de 7 de maio de 2007, com membros do Parlamento Europeu, a Comissão de Assuntos Internacionais do Senado discutiu temas relativos à inauguração do Parlasul (Parlamento do Mercosul) e também sobre o acordo com a UE. Isto posto, o senador *blanco* (Partido Nacional) Sergio Abreu apresentou sua leitura dos fatores que, na visão dele, não colaboram para o sucesso da negociação. Dentre eles, destaca-se a posição protecionista do Brasil: “Obviamente, cuando Brasil negocia lo hace en nombre de su industria y de sus intereses, y trata de que los países incorporados al proceso de integración no tengan prioridades distintas a las de la visión brasileña (URUGUAY, 2007)”.

Arelado à tratativa desses obstáculos, outra questão recorrente dentro das falas e posicionamentos dos atores políticos uruguaios, presentes nas versões taquigráficas, diz respeito ao fato de, sobretudo segundo a oposição uruguaia, materializada em *blancos* e *colorados*, o Mercosul ter se tornado -com a ascensão dos partidos de esquerda/centro-esquerda- mais “político” que comercial/econômico (fugindo assim das suas origens “fenícias” mais voltadas para o comércio). Isso pôde ser constatado nos problemas envolvendo a suspensão paraguaia do Mercosul e a concomitante inserção da Venezuela⁴ (2012) no bloco. E também na demora do bloco em aplicar a “cláusula democrática” à

⁴ Vide em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/mercosul-suspende-paraguai-e-anuncia-adesao-da-venezuela.html> . Acesso em 31/08/2019.





Venezuela por conta dos excessos do Executivo daquele país e desequilíbrio entre os poderes (DECRESCI, 2018).

Recorrentes também foram as visitas de comitivas (e conseqüentemente a reabertura das negociações) de membros da União Europeia à comissão de Assuntos Internacionais. Dentro dessas se manifestaram intenções de fechamento de acordo de lado a lado. Entretanto, tais encontros não culminaram em compromissos efetivos. Para ilustrar tal afirmação, vide os posicionamentos abaixo em meio a encontros no ano de 2010 entre as autoridades e representantes uruguaios:

SEÑOR Jaime Trobo (deputado do Partido Nacional)- Por esa razón, quizás el anuncio más interesante de los últimos tiempos es el que tiene que ver con que las negociaciones en torno al acuerdo entre la Unión Europea y el MERCOSUR vuelvan a ponerse en marcha. Creo que para la Unión Europea esto es muy prestigioso, como también lo es para nosotros. Sin duda alguna, es un acuerdo de características particulares, que deseamos fervientemente que avance y, en la medida de lo posible, nos permita en términos razonables seguir desarrollándonos adecuadamente, valorar realmente nuestra producción y lograr su colocación, sobre todo en el mercado europeo, que para nuestra producción tiene una categoría muy especial por sus valores y sus precios. En ese sentido, los parlamentarios aspiramos a poder tener, dentro de poco tiempo, un documento donde conste el acuerdo entre el MERCOSUR y Europa (URUGUAY, 2010).

Em meio à resposta do representante europeu, Sr. Barret, verifica-se as dificuldades em torno da aceitação de itens relativos à pauta comercial:

No debemos olvidar que el acuerdo que estamos buscando no es solamente comercial, sino de asociación, y que va a tener tres componentes: uno, es el componente político – ya tenemos intercambios políticos de alto valor – otro, es el de cooperación – hay un programa de cooperación con el MERCOSUR muy desarrollado, que podría desarrollarse mucho más con un acuerdo de asociación – y, el último y más difícil, el componente comercial. (...) Actualmente, ambas partes están completamente convencidas de que si nos ponemos a negociar formalmente de nuevo, vamos a arribar con éxito a un acuerdo, y no al fracaso como sucedió en el año 2004. (...) Para nosotros es importantísimo lograr este acuerdo; es más, es nuestra prioridad número uno entre los acuerdos que restan por hacerse entre la Unión Europea y sus socios en el mundo (URUGUAY, 2010).

Ao pensar a parte final do recorte temporal proposto para este texto, e tendo em mente o tema, seria negligência omitir o contexto de crise que passa o Mercosul. Tarditi (2016) aponta que o Mercosul, em seu aniversário de 25 anos (2016) esteve submergido, a partir de seus membros, em crises políticas e econômicas, paralisado institucionalmente e sem rumo. Assim sendo, o *impeachment* de Dilma, as crises econômicas de Brasil e Argentina e a crise generalizada da Venezuela (e a conseqüente incapacidade destes últimos e Mercosul de não





conseguirem uma solução negociada e pacífica entre as partes em tensão) colocaram em xeque a própria existência do bloco.

Mediante a isso tudo, as consequências mais evidentes foram as trocas de governos e, obviamente, orientações em matéria de inserção internacional e integração regional. Saem Dilma Rousseff (em processo de *impeachment*) e Cristina Kirchner e entram Michel Temer e Mauricio Macri. Em consequência, um olhar maior para o “norte”, o uso do discurso do pragmatismo, da flexibilização do Mercosul e a aproximação com a Aliança do Pacífico (TARDITI, 2016). Em convergência com isso, ao se pensar em teorias de relações internacionais, Lamas (2018) aponta que se tem fim, na América do Sul, à era do “Regionalismo post-liberal” com protagonismo do Estado e preocupações com desenvolvimento social e aproximação cultural, política, infraestrutural e uma mirada maior para a cooperação sul-sul para uma volta a um regionalismo aberto ou um “regionalismo estratégico” de nuances mais neoliberais e aberto com “mirada” para o “norte” e “sul” (capitaneados por governos de direita ou extrema-direita).

De volta às tratativas e negociações Mercosul/UE, destacamos o posicionamento do Chanceler Rodolfo Nin Novoa, no dia 30 de julho de 2015, na Comissão de Assuntos Internacionais do Senado. A partir de suas palavras, entende-se que se tal acordo com a UE malograsse (novamente) por conta das restrições europeias aos produtos oriundos da agropecuária uruguaia, o governo uruguaio miraria mercados em todo mundo; assim, lançaria estratégias de curto, médio e longo prazo. E no que toca ao curto prazo, estão – como alvo – os países da Aliança do Pacífico:

Por nuestra parte queremos ver qué es lo que ese bloque nos plantea. Lo que establece cualquier acuerdo de libre comercio en el mundo es que haya un 90% de bienes y servicios desgravados y de libre circulación entre los bloques o países, por lo que me interesa especialmente conocer ese 10% que la Unión Europea se guarda para sí. Desde ya estoy diciendo que si ese 10% está integrado por los productos agrícolas, que son los que a nosotros nos interesa ingresar sin barreras ni aranceles, ese acuerdo no sería beneficioso para el Uruguay.

(...) Creemos que nuestra pertenencia como observadores en la Alianza del Pacífico es una convergencia que se puede dar perfectamente con los países que la integran. Uruguay ha celebrado un acuerdo de complementación económica con Chile, Perú y Colombia y tiene un tratado de libre comercio con México. Por lo tanto, consideramos que la dificultad para converger no sería mayor. (URUGUAY, 2015).

Segundo Batalla, Burian e Telias (2015), por medidas unilaterais ou multilaterais (tornando-se membro observador) o Uruguai tem se aproximado de maneira efetiva da Aliança do Pacífico e consequentemente dos países que a integram:





La decisión uruguaya de pedir ingreso a la Alianza del Pacífico en 2012 tuvo un origen exclusivamente gubernamental: esta condición contrasta con la decisión de solicitar el ingreso al proceso de integración que Brasil y Argentina estaban concretando en 1991 porque, en ese caso, fue la intervención altamente proactiva del sector privado, liderado por la Cámara de Industrias del Uruguay, el factor que condujo al canciller Héctor Gross Espiel a reclamar a los gobiernos de los dos vecinos mayores la apertura de negociaciones cuatripartitas, incluyendo también a Paraguay. En el caso de la incorporación a la Alianza del Pacífico, no parece haber existido una iniciativa privada fuerte en el mismo sentido, aunque es preciso anotar que el sector privado uruguayo ha sostenido posiciones a favor de la apertura comercial y ha tenido valoraciones críticas del Mercosur. De alguna forma, los partidos logran canalizar estas visiones y colocarlas en la agenda de debate de la política exterior uruguaya (BATALLA; BURIAN; TELIAS, 2015, p. 30-31).

Destaca-se também que durante uma visita espontânea do Chanceler Rodolfo Nin Novoa às duas Comissões de Assuntos Internacionais, para tratar do tema relativo ao TLC (Tratado de Livre Comércio) com o Chile, em 1 de setembro de 2016, este apresentou a nova estratégia de política externa do governo uruguaio voltada para melhorar as condições de acesso aos mercados internacionais por meio de acordos comerciais bilaterais (URUGUAY, 2016). Por conseguinte, os discursos do governo uruguaio do FA indicam que a abertura é necessária, uma vez que as vendas do país para o Mercosul não representaram, nesse ano, um quarto das exportações totais; e o país paga, em outros mercados, tarifas protecionistas para inserir-se no mercado externo (URUGUAY, 2016). Portanto, de acordo com o ministro, é preciso que o país consiga uma preferência de tarifas/abertura comercial. Todavia, isso não significa que o Uruguai deva sair do Mercosul e adentrar definitivamente à Aliança:

Creo que hay que destacar que el hecho de que se pretenda negociar acuerdos comerciales con los países miembros de la Alianza del Pacífico en forma bilateral nada tiene que ver con un eventual ingreso de nuestro país a ese bloque, porque si deseamos ingresar a ese bloque tenemos que suscribir la Declaración de Paranal, Antofagasta, Chile, que es la que crea la Alianza del Pacífico. Esta Secretaría de Estado todavía no está en ese horizonte, aunque sí estamos, como ustedes saben, participando de las reuniones en carácter de observadores (URUGUAY, 2016).

De certa forma isso converge para o que o trabalho de Batalla, Burian e Telias (2015) aponta, que é a busca -pelo país- de alternativas para a Ásia e Pacífico e uma demanda constante de flexibilização das normas do Mercosul para fechar acordos comerciais com terceiros.

Cabe assinalar também que a temática de aproximação com a Aliança do Pacífico tem contagiado o sistema partidário uruguaio. Em enquete feita por Burian (2015), a maioria dos deputados se mostrou favorável à incorporação do Uruguai à Aliança do Pacífico como membro pleno, sobretudo a oposição. No caso do FA, um terço dos entrevistados se mostrou





favorável (caso da Frente Líber Seregni, setor que tem como destaque o presidente Vázquez, o chanceler Nin Novoa e o Ministro da Economia Danilo Astori).

Por último, dentro dessa temática do acordo bilateral com o Chile, destaca-se uma preocupação da Senadora *blanca* Verónica Alonso (favorável ao acordo) quanto à preservação do TLC (por conta de uma possível insurgência de setores do FA mais radicais como aconteceu com o TISA (Trade in Services Agreement) - Acordo de Comércio e Serviços) com o Chile:

Espero que esto no ocurra como ya sucedió en otras instancias con acuerdos de nuestro país en materia de servicios, especialmente, en el tema del TISA. Digo esto porque hemos escuchado que hay algunas preocupaciones con respecto a la posibilidad de que Uruguay firme un acuerdo bilateral con Chile. La preocupación está centrada, sobre todo, en que este acuerdo pueda abrir las puertas al TPP, con el miedo que conlleva a que Estados Unidos pueda estar detrás de él; por eso hice la referencia a las visiones ideológicas. En este sentido, hace un tiempo leí algunas declaraciones hechas por un integrante de la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Representantes – el diputado Chiazzaro –, quien decía que el tema se estaba manejando bastante en secreto. Algo parecido se dijo con respecto al TISA: que se negociaba en secreto y que eso era malo para la democracia, decía el diputado. (...)

Si bien este acuerdo – que parece estar muy avanzado –, indudablemente, va a tener su discusión en el Parlamento para su ratificación, no queremos que todo ese esfuerzo que realizan los negociadores y la Cancillería corra la misma suerte que el TISA, del que terminamos bajándonos no por mandato del Gobierno sino del plenario del Frente Amplio (URUGUAY, 2016).

Em resposta, o Ministro Nin Novoa chamou a atenção para as competências e atribuições legais do Poder Executivo, indicando que o Executivo pretendia negociar primeiro e depois submetê-lo ao Parlamento, ainda que reconhecendo que no caso do TISA esse trâmite não foi bem-sucedido (URUGUAY, 2016). Isso, de certa forma, revela o protagonismo do Executivo, na figura do presidente e do Ministérios de Relações Exteriores, na elaboração da política externa da República Oriental do Uruguai (DECRESCI, 2018). Isto posto, apesar do comportamento do governo, o referido Tratado com o Chile passou por dois anos de negociação envolvendo o governo e os setores do FA, e foi aprovado pelas duas casas no segundo semestre de 2018.

Em síntese, a partir do que foi exposto, pode-se afirmar que há uma convergência geral entre o governo do Uruguai e o Legislativo quanto à necessidade de abertura comercial. Assim, a partir de mecanismos bilaterais de política externa, e também a partir do próprio Mercosul, estes almejam uma visão pragmática de política externa aproximando gradualmente o país do comércio no Pacífico e continuam estimulando a assinatura de parcerias e acordos interblocos, especialmente com a UE (pois, nos últimos anos, sua chancelaria foi a mais atuante nos diálogos com os representantes europeus).





Conclusão

Atualmente e, portanto, fora do recorte temporal proposto por esse artigo, tem-se no cenário sul-americano/latino-americano da integração regional uma nova ordem de coisas, que de certa forma convergem para as aspirações (apresentadas ao longo do texto) da maioria dos atores políticos uruguaios (e obviamente também dos atores econômicos). Conduzidos pela maioria de governos de direita/extrema-direita no espectro político da região, existe uma volta a um Regionalismo Aberto, marcado por políticas econômicas neoliberais, com os elementos econômico e comercial dando o tom das negociações e relações entre os países e blocos. Para se ter uma ideia, de 2018 para 2019 houve uma aproximação formal e aberta de intenções entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, um acordo do Mercosul com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) (bloco formado por quatro países europeus - Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), e a assinatura do mais importante acordo, o Mercosul-União Europeia (fora outros que estão na pauta, como Acordo Mercosul-Canadá, Mercosul-Coreia do Sul...) ⁵. Segundo Mariano (2019):

Não é possível ainda avaliar os reais impactos desse acordo porque há muitos aspectos em aberto – que serão negociados nos próximos anos – e tudo dependerá de como os governos vão agir a partir do momento em que este for ratificado e implementado, o que pode demorar ainda de dois a três anos.

Dito isto, importante destacar que -apesar de muitos setores, nos dois blocos, apoiarem o acordo, outros têm se posicionado contra (sobretudo aqueles que temem concorrência e demandam protecionismo para atuarem). Ademais, e ainda segundo Mariano (2019), tal aproximação em forma de acordo também se explica pela lógica política-eleitoral, uma vez que dois países do Mercosul (Uruguai e Argentina) passaram por eleições nacionais em 2019. Destarte, tal conquista pode representar (ou não) capital político para os presidentes que estiveram envolvidos nas negociações. E ter representado possibilidades de continuidade de governo.

⁵ Vide nos seguintes websites: a) <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/alian%C3%A7a-do-pac%C3%ADfico-e-mercosul-definem-plano-para-cria%C3%A7%C3%A3o-da-maior-zona-de>; b) <https://oglobo.globo.com/economia/alianca-do-pacifico-mercosul-se-aproximam-em-meio-tensoes-comerciais-22916909>; c) <https://mundo.sputniknews.com/america-latina/201807251080660482-cumbre-alianza-pacifico-mercosur-acuerda-plan-integracion/>; d) <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/2261-marcos-pereira-lanca-negociacoes-de-acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-efta>; e) <https://exame.abril.com.br/economia/mercosul-e-uniao-europeia-fecham-acordo-de-livre-comercio/>; f) <https://exame.abril.com.br/economia/reforcando-a-integracao-mercosul-alianca-do-pacifico-por-aloycio-nunes/>. Acesso em 31/08/2019.





Referências

BATALLA, Isabel; BURIAN, Camilo M. López; TELIAS, Diego. Uruguay y la Alianza del Pacífico: ¿repensando el modelo de inserción internacional? **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo** / Vol. 10. No. 19. enero - junio 2015.

BRICEÑO RUIZ, José. **La integración regional en América Latina y el Caribe**. Procesos históricos y realidades comparadas. Universidad de Los Andes, 1º edición, 2007.

BURIAN, Camilo M. López. **Partidos políticos y política exterior en Uruguay (1985-2015)**. La importancia de las instituciones, las ideas y los intereses de los actores. Tesis de Doctorado en Ciencia Política. Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, 2015.

CAETANO, Gerardo; VAILLANT, Marcel. **¿Qué MERCOSUR necesita Uruguay? ¿Qué Uruguay necesita el MERCOSUR?** Apuntes para entender requerimientos recíprocos. FRIEDRICH EBERT STIFTUNG, 2004.

CORAZZA, Gentil; HERRERA, Rémy. **O “Regionalismo Aberto” da CEPAL e a Inserção da América Latina na Globalização**. UFRGS, 2005.

DECRESCI, Samuel. **A participação do Congresso Uruguaio na política externo do país e a relação com os projetos integracionistas (2000-2016)**. Dissertação de Mestrado. UNESP, Araraquara, 2018.

GODOY, Juan M. R. La encrucijada de Uruguay frente al MERCOSUR: ¿la disyuntiva de separación o el intento de forzar la integración del bloque? Argumentos para no incumplir los tratados de integración en el marco de la ALADI y las normas de derecho derivado y negociar unilateralmente con países extrazona. **Densidades**, número 21 - mayo de 2017.

TARDITI, Elena. Mercosur en crisis o cuando lo excepcional se vuelve ordinario. **Anuario de Integración**, 13, Año 2016.

LAMAS, Lorena. **Regionalismo en la Política Exterior de Uruguay en el siglo XXI**. ALACIP, 2018.

MARIANO, Karina L. P. Algumas reflexões sobre o Acordo Mercosul-União Europeia. **Observatório Regionalismo**, 2019. Disponível em <<http://observatorio.repri.org/artigos/algumas-reflexoes-sobre-o-acordo-mercosul-uniao->





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 73

europa/?fbclid=IwAR2k_5qn1Vg00yA-HuubqsopgevCqS7qm-Qftuv6cmd-YOR93HQ5PDTmKEE> .

URUGUAY. Senado. Comisión de Asuntos Internacionales. **Audiencia con el Señor Ministro de Relaciones Exteriores Didier Operti**. Montevideo, 1, noviembre, 2001.

URUGUAY. Senado. Comisión de Asuntos Internacionales. **Delegación del Parlamento Europeo, para las relaciones con el MERCOSUR**. 7, mayo, 2007.

URUGUAY. Senado. Comisión de Asuntos Internacionales. **Embajadores de la delegación de la Unión Europea en Uruguay**. 10, junio, 2010.

URUGUAY. Senado. Comisión de Asuntos Internacionales. **Señor Ministro de Relaciones Exteriores Rodolfo Nin Novoa**. 30, julio, 2015.

URUGUAY. Senado. Comisión de Asuntos Internacionales. **Señor Ministro de Relaciones Exteriores Rodolfo Nin Novoa**. 1, setiembre, 2016.

Recebido em 23/01/2020
Aprovado em 22/06/2020



Volume 10, Número 3
Julho - Dezembro
2020



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>